

A região de Natividade e o papel da família Lannes

Extratos de : Experiências instituintes no sistema público de ensino: o caso de Natividade / Eugenia del Carmen Briones Monteiro Quilodrán. – 2005.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/natividade.pdf

A história do desbravamento da região do noroeste fluminense vem sendo explorada nos sites das diferentes prefeituras municipais da região limítrofe entre os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Estes sites, baseados em trabalhos de pesquisas de historiadores locais⁵⁰, subsidiam os “históricos” das localidades, enfatizando ora aspectos políticos, ora aspectos econômicos, ora aspectos antropológicos sem, contudo, dar uma visão abrangente dos múltiplos níveis da realidade local.

Já, em Natividade é amplamente divulgada a saga dos irmãos Lannes que desbravaram as áreas onde hoje se localiza o município, como também os acontecimentos que acompanharam a posse das terras que posteriormente possibilitaram o povoamento em maior escala do vale do rio Carangola. A socióloga itaperunense Dulce Diniz publicou em 1985 o seu trabalho de pesquisa sobre a história de Itaperuna (RJ) registrando informações sobre os desbravadores da região. Os irmãos Lannes tiveram um papel importante no crescimento do noroeste fluminense como foi pesquisado por Jurandyr Ferreira¹, ao registrar que em 1834:

A primeira derrubada para a formação do povoado de Nossa Senhora da Natividade do Carangola foi dada por Antônio de Lannes Dantas Brandão. Neste local foi erguido um cruzeiro e depois uma capela em honra de Nossa Senhora de Natividade, mediante uma promessa feita pela esposa de Antônio de Lannes Dantas Brandão por se achar adoentada.

No entanto, como Dulce Diniz² afirma:

Antes do surgimento dos desbravadores (...), cumpre destacar que outros homens possuíram terras nessa região. Estas pessoas eram proprietários legais de algumas sesmarias nesta área, sem contudo habitá-las e nem fazê-

las prosperar. Daí a razão porque se referir apenas aos reais povoadores dessa localidade.

O primeiro ato referente a essa região foi a Provisão Episcopal de 30 de janeiro de 1759 criando a Freguesia de Santo Antônio dos

¹ FERREIRA, Jurandyr. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. nº7 - IBGE. Apud: Dulce Diniz

² www.itaperunaonline.com.br/.../o_desenv_de_um_municipio_dulce/parte_1/cap-01-1-o-desbravamento-da-regiao.htm - 17k – baixado em dezembro de 2003.

Guarulhos³, cujo território se estendia para o centro até os limites da província de Minas Gerais e margem direita do rio Itabapoana.

Mesmo considerando que antes da chegada dos Lannes, essas terras não apresentavam “desenvolvimento”, como assinala Diniz, nos relatos de viajantes estrangeiros, memórias dos habitantes locais e historiadores da região aparecem marcas do extermínio dos remanescentes da nação Goitacá - os índios Puri - por um lado e sinais do extermínio da riqueza ecológica da “Zona da Mata” por outro.

Os aborígenes da nação Goitacás chegaram em migrações sucessivas através do rio Paraíba do Sul e rio Muriaé, empurrados pelos portugueses e índios tamoios, desde a investida que fizera Martim Correia de Sá em 1599⁴. Posteriormente - por volta de 1672 – aldeados configuraram o agrupamento fundado pelos frades franciscanos Paulo e Jacques.

O aldeamento foi praticamente dizimado pela epidemia de varíola e seus habitantes se espalharam pelo leste dessa região, se adentrando na floresta ou “zona da mata”, que passou a ser chamada de “sertões pestíferos” (em razão da peste da qual fugiram os aborígenes), e ainda “áreas proibidas”, em decorrência de constituir mais uma barreira ao contrabando de ouro repellido pelo Governo Imperial. (...)

O rio Muriaé e a barra Carangolense tornaram-se conhecidos posteriormente pela ação de aldeamento e fixação dos índios - em Manoel Burgos, atual cidade de Muriaé empreendida pelo Capitão Guido Tomaz **Marlière**.

O militar francês, contratado para dar conta da política indigenista⁶⁶ adotada por Dom João VI, veio ao Rio de Janeiro em 1807, começando sua ação em 1811. Falando várias línguas (francês, alemão, inglês, português, e o tupi - a linguagem dos tapuias), costumava escrever nos jornais de Vila Rica - “Abelha do Itacolomi” e “Universal” - sobre costumes e lendas dos aborígenes. Marlière conseguiu a pacificação e aldeamento dos Botocudos, conhecidos na época como ferozes e devoradores de carne humana.

Entre 1813 e 1829 o militar, exerceu altos cargos de direção relativos a questões indígenas, na medida em que implementava os projetos de aldeamento de aborígenes e integração territorial no leste da capitania - Província de Minas Gerais. Foi visitado na sua fazenda “Guido-Wald” por viajantes como Eschwege, Sain’t Hilaire, Spix e Martius, dentre outros, que contribuíram com diversas informações acerca da fauna, da flora e dos hábitos culturais indígenas.

³ Hoje essa localidade se chama Guarús, fronteira a Campos dos Goitacás, margem esquerda do Paraíba. A antiga freguesia de Lage (origem do atual município de Lage do Muriaé), foi desmembrada do território da freguesia de Santo Antônio de Guarulhos. Apurado por Francisco de Vasconcellos, in: www.ihp.org.br/docs/fjrv19980904.htm - 21k -

Os índios Guarulhos habitavam o sertão paulista desde 1565 e também foram identificados nos sertões de Rio de Janeiro [s.d.]. O nome Guarulhos deriva de guaru, com referência ao indivíduo que come, o comedor, em alusão ao formato do peixe guaru, cuja parte ventral é proeminente. Assim, para o geógrafo e historiador Teodoro Sampaio (autor de *O tupi na geografia nacional*) os índios guarus tinham esse nome por serem barrigudos. Não esclarece o escritor onde obteve o informe de que os guarus se notabilizaram por esse aspecto físico. Cf.: www.ihp.org.br/docs/fjrv19980904.htm, baixado em junho de 2005.

⁴ Essa expedição alcançou a região do vale da Paraíba, com aproximadamente 2.700 homens (entre tamoios e soldados) para aprisionar os goitacás a fim de escravizá-los. Segundo consta no site sobre Parati: www.paratytrindade.com.br/paraty/historico.htm. Baixado em dezembro de 2004.

Marlière compartilhava um ideal de civilização identificado com as luzes por esses estudiosos da natureza e passou a ser referencia deles nos trabalhos que publicaram.

Por sua vez, a autonomia dos índios na época e suas estratégias de resistência foram analisadas pelo mineiro José O. Aguiar na dissertação de mestrado que abrange concepções de estratégia, poderes dispersos, e criação histórica⁶⁷. O método de Marlière de dar alimentos e ferramentas aos índios, ensinar-lhes a agricultura, aprender-lhes a língua, os atraía aos distritos que demarcou - na mesma data do aldeamento de Manoel Burgos (hoje Muriaé), objetivando evitar confrontos entre os silvícolas que habitavam a região⁶⁸ e os colonos brancos.

Ora, tais aldeamentos em núcleos artificiais, como bem observou José A. de A. Oliveira (1991) - implicavam retirar os indígenas das matas e confiná-los em aldeias rústicas, domesticá-los e melhor controlá-los para facilitar a ocupação das terras indígenas pelos colonos brancos.

Segundo os biógrafos de Marlière, este conseguiu, pelo espírito de retidão e justiça, pela mansidão e amizade, o que outros falharam, pelas armas. Ora, o “caráter humanitário” de sua obra visava evitar o morticínio dos nativos pelas armas de fogo dos colonos brancos. Para tanto pretendia subjugar-los ou pacificá-los com a distribuição de espigas de milho em sinal de proposta de paz.

Todavia, ao serem aldeados, os aborígenes passavam a trabalhar na agricultura e como poaieros na extração da poaia - raiz da “ipecacuanha”. Os serviços prestados eram pagos, em geral, com alimentos cozidos, porções de sal ou gordura, roupas e aguardente. Inicialmente esses produtos eram utilizados pelos aborígenes por curiosidade com o tempo se converteram em fator de dependência do homem branco para obter novas remessas.

A ação de Marlière abrange centenas de tribos⁷⁰. No entanto, apesar de seus esforços, o trucidamento praticado pelos brancos, a tuberculose, a aguardente, a sífilis e a varíola contribuíram⁷¹ para que, num período de 70 anos (1811 a 1880), os silvícolas da região citada fossem progressivamente levados à extinção.

Destarte a equivocada política de extermínio do indígena colocada em prática por D. João VI, em 1808, não obstante ter sido revogada em 1831, prolongou na prática seus efeitos pela primeira metade do século XX, agora sob o regime republicano, em que prosseguiram os conflitos entre índios e brancos como reflexo da transferência para os Estados, da política concernente ao aborígem.
(...)

No início da colonização, a terra praticamente não tinha valor. Como assinalado pelos estudiosos da história da Mata Atlântica, o proprietário recebia gratuitamente uma sesmaria que, depois de consumida toda a mata e exploradas suas potencialidades, passava adiante por um valor irrisório e solicitava outra ao governo, ou simplesmente invadia uma outra terra pública. Firmava-se, na época do modelo econômico extrativista, o conceito de que o solo era um recurso descartável, pois não fazia sentido manter uma propriedade e zelar por suas condições naturais e sua fertilidade, já que poderia ser substituída por outra sem custo. Destruir, passar a propriedade adiante e receber outra era um excelente negócio.

E foram os lucrativos negócios, junto ao extrativismo, às perseguições políticas contra os liberais e movimentos que reivindicavam a instauração do sistema republicano, que achegaram a família dos Lannes, oriunda de Minas Gerais, nas terras onde hoje se encontra o município de Natividade.

O surto madeireiro e de ipecacuanha na área, ao lado das ocorrências políticas que geraram disputas entre liberais e conservadores no primeiro quartelão do século XIX se conjugaram na procura por terras exploráveis na Zona da Mata. Visando à exploração extrativista e agrícola para o abastecimento especialmente das áreas de extração mineral vizinhas, chegaram desbravadores e sertanistas à atual região do noroeste fluminense, dentre os quais José Lannes e seus irmãos.

Memórias de Natividade começam com os índios poaieiros

E seria a presença da ipecacuanha que atraiu os Lannes aos “sertões pestíferos”, habitados por silvícolas que, como formigas no formigueiro (Marlière), se deslocavam pela floresta a procura de frutos e pesca, sertões por vezes disputados entre as três tribos que nela habitavam, cujo equilíbrio progressivamente começaria a desmoronar com a penetração de colonizadores e comerciantes estrangeiros que abriram caminhos para a entrada do “progresso” e da “modernidade”.

Mas, qual a relação entre o Lannes e a ipecacuanha? Por outro lado, qual a procedência da família? Que interesses, que sonhos e que lutas os mobilizavam? Através das pistas bibliográficas deixadas por José Antônio A. de Oliveira em comunicações no jornal de Natividade no ano de 1992, fui imbricando histórias, relatos e memórias de testemunhas, historiadores e outros sujeitos que vivenciaram e experienciaram alguns espaços temporais do passado.

Dentre os estrangeiros que vieram para o Brasil por volta de 1690 em plena efervescência das descobertas de jazidas de ouro e pedras preciosas, importa ressaltar o jovem Jean de Lannes pertencente a uma família de ourives de Bayonne, França, da região dos Baixos Pirineus, como registra José Antônio A. de Oliveira no jornal de Natividade, em janeiro de 1992. O jovem Jean, que tinha dois irmãos conselheiros do Rei francês, passou primeiro por Portugal e chegando ao Brasil casou-se com a brasileira Maria de Jesus de Tartás também de origem francesa, fixando residência num dos arraiais da zona da mineração e mudando a grafia do seu nome para João de Lana.

O casal e seus filhos vivenciaram diretamente a política de formação dos núcleos urbanos que reuniam os acampamentos auríferos mais importantes. Sob os olhos da família aconteceu a fundação de Vila Rica, enquanto o peso das políticas fiscais imperiais, através da cobrança de impostos sobre a produção da “fabulosa” mina de topázio que existia na fazenda “Capão do Lana” de sua propriedade, se fazia sentir nos lucros a que estavam acostumados. A filha do jovem ourives, Mariana, casou com Pantaleão da Costa Dantas constituindo numerosa família. Dentre os filhos, Antônia Tereza casou com Domingos Fernandes Barroso, união da qual nasceram Domingos e João, este, futuro capitão e genitor de José e de Antônio de Lannes Dantas Brandão, que seriam mais tarde o desbravador do Vale do Rio Ca-rangola e o povoador de Natividade, respectivamente.

O eminente desgaste da produção aurífera na região das minas contribuiu, entre outros fatores, para a progressiva migração direcionada aos sertões adjacentes que permaneciam ainda habitados somente pelos silvícolas, alvos dos sertanistas que os escravizavam para trabalho nas fazendas da Capitania do Rio de Janeiro. Embora passassem pelos rios Paraíba do Sul e seus afluentes Muriaé e Carangola (este navegável em época de enchente), embarcações ecoando as riquezas das florestas, o colonizador somente se interessou efetivamente pela região quando identificou outras formas de exploração, voltando-se para a economia agrícola.

Entretanto a zona da mata ou sertões pestíferos, pelas suas características, se apresentaram por quase trezentos anos como o espaço adequado para aventureiros e fugitivos. Dava suporte a tais incursões a

comercialização da poaia que ininterruptamente fse destinava à Europa até sua quase total extinção na região do atual estado do Rio de Janeiro.

Não seria diferente no caso dos Fernandes de Lana e seus descendentes. Por um lado, Domingos Fernandes de Lana, considerado desbravador de Manhauçu (MG), se estabelecia nessa região no início do século XIX, em função da comercialização de poaia com os índios e, por outro lado, seu irmão João havia iniciado uma trajetória de caráter militar que o trouxe também às zonas proibidas na mesma época.

Aos dezessete anos, João havia ingressado como voluntário da Companhia de Cavalaria de Milícias de Mariana, trocando a tradição de ouvires de seus antepassados pela carreira das armas, em função dos novos ares que circulavam no campo econômico e político da época. Como militar, e já casado com Maria Joaquina Polidora, aos trinta e seis anos chegou a ocupar o cargo de administrador do Registro de Areias, comarca de Pitangu por quase quatro anos. Por volta de 1805 – ano do nascimento do seu filho Joaquim, na localidade de Descoberto (MG), João Fernandes Lana armou, organizou e sustentou duas bandeiras contra os índios que assediavam a vila de São Miguel dos Arrepiados, hoje Arapongas (distrito de Viçosa - MG), como afirmam alguns historiadores.

No entanto, em relação ao número de bandeiras organizadas por João Fernandes existem controvérsias. Segundo o professor Rogério Carelli (apud. Oliveira, 1992) foram três as bandeiras do capitão João. Em uma delas, empreendeu uma penetração profunda nas matas atingindo o rio Carangola, onde acampou, com sua tropa, na atual praça Coronel Maximiano da cidade de Carangola (MG). Neste lugar o Capitão iniciaria a comercialização de poaia, na base de trocas, com os índios que encontrou no sertão, tudo como fazia seu irmão Domingos.

Simultaneamente, o capitão bandeirante solicitava às autoridades portuguesas o uso dos cognomes de sua ascendência materna passando a se assinar, a partir de 1810, como João Fernandes de Lana Dantas Brandão, e algumas vezes Dantas Tartás. Em 1811 assumia o cargo de capitão de ordenanças do distrito de São Miguel de Arrepiados (hoje Arapongas MG), onde foi proprietário de uma grande fazenda. De seus filhos, seriam Joaquim e José que seguiriam seus passos. O filho Joaquim nas milícias de Guido Tomaz Marlière, participando das ações de aldeamento de indígenas, seria mais tarde lembrado pelo seu genro Alexandre **Brethel**⁵, que escreveu sua biografia.

⁵ apud. José A. A. de Oliveira. Alexandre Bréthel, de nacionalidade francesa, veio para o Brasil em 1862 para morar e trabalhar como diretor de uma fazenda de café em Tombos do Carangola. Casou com uma das filhas de Joaquim de Lannes, fixando residência na região e nunca mais retornou à sua pátria. Morreu em Porciúncula, em sua fazenda chamada São Joaquim. Entretanto, durante 25 anos, Bréthel enviou cartas a seus familiares franceses, contando sobre sua vida no meio da mata carangolense. Essas cartas foram publicadas em dois livros na França e constituem o melhor relato que nossas comunidades do noroeste fluminense possuem sobre a época da ocupação integral do Vale do Rio Carangola.

As cartas de Brethel são documentos preciosos, muito bem redigidas, com observações sutis e inteligentes, traçando um detalhado painel das condições de vida de povoados e fazendas que, então, surgiam em nossa região (Oliveira, 1992).

Sua visão magnífica sobre nosso passado foi registrada por Françoise Massa, sob o título “Alexandre Bréthel, Pharmacien et Planteur Français au Carangola” publicado pela Université de Haute-Bretagne, 1977. Em sua correspondência, Bréthel escreveu sobre as rebeliões dos escravos locais, como também sobre os índios Puris. Em duas cartas, ele comentou a lenda do rio Carangola, da mesma forma como a publicaria, em 1872, no jornal *Monitor Campista*. Há

Como seu irmão Joaquim, José, também abraçou o caminho das armas; no entanto existem controvérsias nos relatos que decorrem sua passagem pelas milícias. Seu bisneto, Sr. Eloy Vieira Lannes, confirmou, em entrevista concedida à socióloga itapenurenses Dulce Diniz, a versão divulgada pela Enciclopédia dos Municípios, no histórico de Natividade:

(...) nasceu em Minas Gerais na cidade de Presídio, atual Rio Branco. Ingressou nas fileiras da Guarda Nacional, Milícia de reserva do Exército, criada pelo Império, quando ocorreu certo episódio: por não se sujeitar a ser simples moleque de recados, levando cartas e presentes para a namorada do seu instrutor, "o alferes Manoel de Souza", se viu desacatado por este. No calor do debate, o alferes o agrediu violentamente e ele reagiu empunhando o objeto que mais próximo se encontrava e arremessando-o contra o agressor, machucou-o. Receoso das cruéis penas que o esperavam, numa época de demência (...) para os delituosos, resolveu desertar imediatamente.

Mas existe outra versão igualmente divulgada pela Enciclopédia dos Municípios, desta vez no histórico de Itaperuna, informando que José de Lana Dantas Brandão:

(...) nasceu na fazenda de São Miguel, em Minas Gerais, propriedade de seu pai João Lannes Dantas Brandão. Por volta de 1820 deixou seu terraço natal acompanhando uma tropa, para vender no Rio de Janeiro o fumo e o ouro produzidos na referida fazenda. Chegando à metrópole, entusiasmado com a vida citadina, entrou para a Milícia de D. João VI onde, por atos de bravura, galgou o posto de sargento. Apesar dessa rápida ascensão, ele resolveu desertar das fileiras, deixou o quartel contornando o litoral em busca do rio Paraíba. (...)

O certo é que, para alguns historiadores o jovem José de Lana ou de Lannes foi um sargento que desertou da Milícia de D. João e, para outros, um desertor das fileiras de uma tropa policial de Ponte Nova, Minas Gerais, que se refugiara em Campos e prosseguira sua fuga a nado pelo rio Paraíba, subindo pela margem direita até encontrar os rios Muriaé e Carangola, atingindo a cachoeira de Tombos e assinalando em sua passagem os locais de Porciúncula e Natividade.

Cabe lembrar que naquela época já existiam atividades comerciais entre índios e brancos (que se realizavam via fluvial, pelo rio Paraíba e seus afluentes Muriaé e Carangola) e que a região estava sendo mapeada pelo Dr.

algumas dúvidas sobre esta versão, muito embora Bréthel lhe tenha dado um tratamento que se ajusta ao sentido mitológico dos índios puris, como bem retrata Paulo Mercadante em seu recente livro *Crônica de uma comunidade cafeeira*: Apesar de ajustarse ao sentido mitológico, seu tratamento também encerra um motivo romântico ou indianista, comum no tempo da formação das comunidades do vale do rio Carangola. "O enfoque que lhe deu Bréthel, antes revela o toque da sensibilidade francesa do que a realidade do sertão". No entanto como afirma Oliveira (1992), não podemos deixar esquecida a lenda do rio Carangola registrada por Bréthel. Seu caráter mitológico pode ser útil em futuros estudos antropológicos e da cultura local. Afinal, é nossa primeira exposição mítica, e já faz parte de nosso acervo cultural.

Existe uma biografia do farmacêutico francês escrita por Yves Tanneou: "Alexandre Bréthel" em francês que recebeu tradução publicada no Brasil restrita aos descendentes de Bréthel na região.

Karl Friedrich Philipp von Martius, como também pelo Zoólogo Hohann Baptist von Spix, amigos do chamado Civilizador dos Índios: T. Guido Marlière⁶.

Em 1817, Constantino José Pinto⁷ havia construído um trapiche junto à cachoeira do rio Muriaé para a comercialização com os silvícolas de poaia e outras ervas medicinais, depois de descer pelo rio Pomba. Por outro lado, o processo de aldeamento das povoações indígenas, em desenvolvimento e iniciado por Marlière, havia chegado à região de São Paulo do Manoel do Burgo (hoje Muriaé⁸) em 1819, onde foi erguida uma capela no local onde se encontra o largo do Rosário. Nesta iniciativa Marlière¹⁰⁵ contara com a colaboração e auxílio de Constantino José Pinto, dono do trapiche do lugar.

Nesse aldeamento o chamado “Civilizador” fundaria em 1822 a Loja Maçônica “Grande Oriente do Brasil”, primeira loja maçônica do interior a filiar-se ao GOB, revelando assim suas outras atividades e seu zelo. Era a época em que, sob o comando de Gonçalves Ledo, preparava-se a Independência do Brasil. Era também a época em que José e seus irmãos voltaram ao uso da grafia original francesa alterada para Lana pelos trisavôs, passando a se assinar como de Lannes (Oliveira, 1992).

Proclamada a Independência do Brasil, as milícias portuguesas retornaram a Lisboa, possibilitando a volta do jovem desertor José de Lannes Dantas Brandao à fazenda paterna em 1831, com sua noiva e dois escravos, tornando-se o pioneiro do povoamento da região. Em 1834 cedeu para seus irmãos Francisco e Antônio terras à margem do Rio Carangola. Antônio, ao se apossar do seu território, chamou o lugar de Nossa Senhora de Natividade do Carangola.

Na atualidade conversando com os natividadenses sobre as histórias da cidade, eles gostam de contar que a Igreja Matriz não apresenta suas portas principais de frente para a rua porque José estava brigado com um de seus irmãos e para exteriorizar sua desavença resolveu construir a Igreja de costas para o local onde este morava na época. Assim também nas rodas de conversas me contaram que na época do desbravamento da região os habitantes de povoados da margem esquerda do rio Carangola eram simpatizantes do movimento republicano e os habitantes dos povoados da margem direita simpatizantes da monarquia.

Com o desenvolvimento da pesquisa e à medida que avançava meu mergulho nas memórias de Natividade, comecei a compreender para onde apontavam tais histórias, especialmente quando me deparei com uma das comunicações de José A. A. de Oliveira:

Encontramos diversos relatos sobre a Revolução Liberal de 1842 que sacudiu o Estado de Minas e motivou a prisão dos revoltosos. Entre os que aderiram à revolta liberal estava o nosso desbravador, José de Lannes que, a esse tempo, já residia em sua Fazenda São José, aqui em Natividade.

José de Lannes mantinha contactos freqüentes com o Capitão Geraldo Rodrigues de Aguiar, que era um dos líderes da revolta liberal no

⁶ In: MARLIÈRE, O CIVILIZADOR de Oiliam José, apud. planeta.terra.com.br/turismo/guidoal/cronologia_guido_Marlière.htm – baixado em janeiro de 2005.

⁷ In: www.Muriaé-mg.com.br/acidade Baixado em março de 2005.

⁸ Em língua indígena Muriahe significa “Ter sabor de Cana doce”. Por questões ortográficas a palavra perdeu a letra H, a partir de 1923. Cf. www.Muriaé-mg.com.br/acidade Baixado em março de 2005.

Arraial de São João Baptista do Presídio. Por este motivo, uma tropa militar proveniente da província de Minas Gerais foi destacada para prender José de Lannes em sua Fazenda São José (1992).

Na tradição oral de Natividade é costume “lembrar” que José obteve o perdão das autoridades da época seu crime de deserção, quando foram levados em consideração alguns fatos que Dulce Diniz recolheu da seguinte forma, segundo informações sobre o episódio da captura do desertor, fornecidas pelo bisneto do desbravador:

(...) Ao se aproximar essa escolta, José de Lannes reuniu seu pessoal que, ao toque da buzina de chifre de boi, acudiram em massa, com armas em punho, dispostos a empregar a força e habilidade na defesa de seu senhor. O comandante da expedição, vendo a superioridade numérica do adversário, procurou dissuadi-los de qualquer violência que por ventura tivesse de empregar para conseguir seu objetivo, fazendo voltar os policiais que o acompanhavam. O tenente prometeu a José de Lannes intervir junto ao Governador para a anistia de seu crime (deserção), pois reconhecia nele um homem capaz e empreendedor, tendo em vista os benefícios já prestados, povoando e desbravando a região. Porém, José de Lannes deu-se por preso e pediu alguns dias de prazo para organizar seus negócios depois do que seguiria para Ouro Preto para entregar-se às autoridades.

Assim o desbravador não somente cumpriria sua palavra, mas também seria perdoado graças á anistia de 1844, outorgada a todos os revoltosos que participaram da revolta liberal. Ao mesmo tempo foi homenageado pelo Presidente da Província com o título de guarda-mor, em função dos serviços prestados na ocupação das matas ao longo dos rios Carangola e Muriaé.

Fixando sua residência na fazenda São José, o guarda–mor dedicado agora à cultura do café teve sua vida interrompida no ano de 1852, ao ser assassinado por alguns escravos que desejavam ser alforriados, como relata o seu bisneto:

Os escravos de José de Lannes estavam fazendo uma roçada sobre a feitoria do genro de José de Lannes, de nome Manoel José Ribeiro. (...) estavam revoltados, porque desejavam se libertar, havendo, inclusive, uma conspiração geral nesse sentido. Essa rebelião tinha data marcada para se realizar, mas três escravos: Francisco Calafate, José e Miguel, por engano, anteciparam o dia que estava previsto. Mataram a foçadas o feitor Manoel José Ribeiro e mandaram um recado para José de Lannes nos seguintes termos: "Uma cobra venenosa ofendeu o sinhô moço, venha socorrê-lo", José de Lannes muniu-se de remédios caseiros e, apressadamente, dirigiu-se ao local procurando saber como e onde o seu genro havia sido mordido pela serpente, porém seus escravos respondiam com evasivas. Então José de Lannes agiu energicamente, culminando com o seu assassinato. Essa conspiração envolvia até as mucamas (escravas domésticas), que haviam sido instruídas para colocarem azeite dentro das armas de defesa do seu amo para molhar a pólvora e inutilizá-las. Entretanto, uma escrava amiga da família, traiu o movimento. Quando os escravos

se dirigiam para a fazenda a fim de completar o serviço e exterminar toda a família, chegaram uns cavaleiros que vinham visitar José de Lannes. Pensando que fosse reforço contra seus intentos fugiram para a fazenda de Francisco de Lannes, irmão e adversário político de José de Lannes. Como José de Lannes era liberal e Francisco era conservador, os escravos pensavam que eles eram inimigos mesmo. Francisco ludibriou os escravos dizendo-lhes que fizeram muito bem e mandou que fossem debulhar milho no paiol, mas que deixassem as foices e enxadas do lado de fora que ele ia oferecer-lhes um jantar de comemoração. Os escravos, felizes da vida e cantando, foram fazer o que o irmão do assassinado mandara. Francisco mandou avisar aos vizinhos e ao outro irmão, Antônio, a ocorrência, pedindo-lhes que viessem armados para prenderem os criminosos (apud Dulce Diniz).

Tal desejo de liberdade dos três escravos culminou com suas prisões em 12 de agosto de 1853 e em seus posteriores enforcamentos em Campos dos Goitacases, na Praça do Rocio, depois do julgamento, em obediência à Lei de 10 de junho de 1835.

Figura 18: Retrato do desbravador José de Lannes

